



Número 264
Dezembro 2021

Inflação, conflito distributivo e escolhas do governo

DI ESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Inflação, conflito distributivo e escolhas do governo

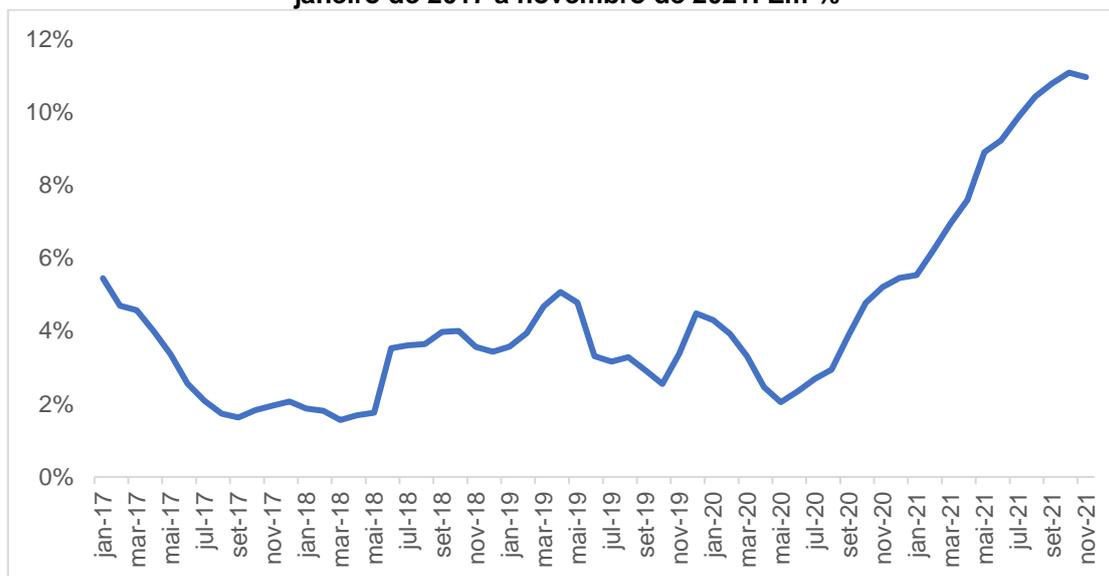
Introdução

Inflação ao consumidor, ou aumento do custo de vida, é o nome dado ao aumento contínuo e generalizado dos preços de uma cesta de produtos e serviços tipicamente consumida pela população. Esta cesta é definida a partir de pesquisas de orçamentos familiares que verificam o que é consumido e quanto do rendimento familiar é gasto em cada produto, como arroz, feijão, em serviços médicos, atividades de lazer, entre tantos outros itens. A taxa de inflação apurada e divulgada é uma média da variação de todos os preços dos produtos e serviços que compõem esta cesta, ponderada pelos respectivos pesos no orçamento das famílias. Um dos principais indicadores de inflação é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC-IBGE), o mais utilizado para balizar os reajustes de salários¹.

Após a interrupção do processo de alta inflação no Brasil, com a adoção do Plano Real (julho de 1994), a taxa acumulada em 12 meses só excedeu 10% em dois momentos críticos, na virada de 2002 para 2003 e de 2015 para 2016. Entre janeiro de 2017 e dezembro de 2019, a média nas variações acumuladas do INPC em 12 meses foi de apenas 3,21% e, em maio de 2020, como efeito da pandemia, chegou a cair para 2,05%. Contudo, a partir de meados de 2020, a inflação começou a acelerar e ultrapassou a casa dos dois dígitos em agosto de 2021. Em novembro, a taxa acumulada em 12 meses foi de 10,96% (Gráfico 1).

¹ O INPC mede a inflação para famílias com rendimentos de até 5 Salários Mínimos. O IBGE calcula, também, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com metodologia semelhante à do INPC, mas referente a uma cesta de produtos e serviços consumida por famílias com renda de até 40 SM. O IPCA-IBGE é geralmente considerado o índice geral de inflação para o Brasil.

GRÁFICO 1 – INPC - Variação acumulada em 12 meses, Brasil, janeiro de 2017 a novembro de 2021. Em %



Fonte: IBGE

Elaboração: DIEESE

Parte da alta dos preços é fenômeno mais geral, consequência da retomada da atividade econômica, depois dos momentos de maior restrição provocada pela pandemia, associada a certos gargalos em algumas cadeias produtivas. Vem atingindo, assim, diversos países, mas, no Brasil, alcança patamares bastante mais elevados que na maioria (Ver Box, página 17). Há, portanto, algo de peculiar no processo inflacionário brasileiro que merece ser identificado, pois a forma como o aumento de preços de determinados insumos repercute no caso brasileiro, assim como os meios pelos quais esse processo se retroalimenta domesticamente guardam estreita relação com nossa estrutura produtiva e social e com as políticas aqui adotadas.

Além disso, é preciso notar que a forte alta de preços, embora prejudique parte considerável da sociedade brasileira, não é um fenômeno neutro, nem puramente econômico. A resposta governamental tampouco pode ser neutra. Há perdedores/as e ganhadores/as associados/as ao fenômeno inflacionário, em si, e aos efeitos decorrentes da política econômica adotada para enfrentar o problema. Dito de outra forma, a inflação altera a apropriação de parcelas da renda nacional através da mudança de preços relativos (a relação entre os preços dos diversos produtos e serviços). O governo, quando adota a

resposta convencional de elevação dos juros, em que pesem os objetivos declarados de trazer, no médio prazo, a inflação para a meta – o que, em tese, beneficia toda a sociedade –, termina por escolher quem vai ganhar e quem vai perder.

Esta Nota Técnica visa discutir as causas da alta dos preços a partir do segundo semestre de 2020, suas consequências socioeconômicas e a resposta de política econômica que vem sendo dada pelo governo federal. Ao que tudo indica, no que tange ao processo inflacionário atual, as escolhas políticas do governo federal têm sido responsáveis, em grande medida, por uma maior concentração da renda no Brasil.

O aumento recente da inflação no Brasil e suas causas principais

Como visto, o aumento recente da inflação no Brasil se inicia no segundo semestre de 2020 e é resultado, basicamente, da elevação dos preços de três grupos de itens que compõem os orçamentos familiares: “Alimentação e bebidas”, “Transportes” e “Habitação”.

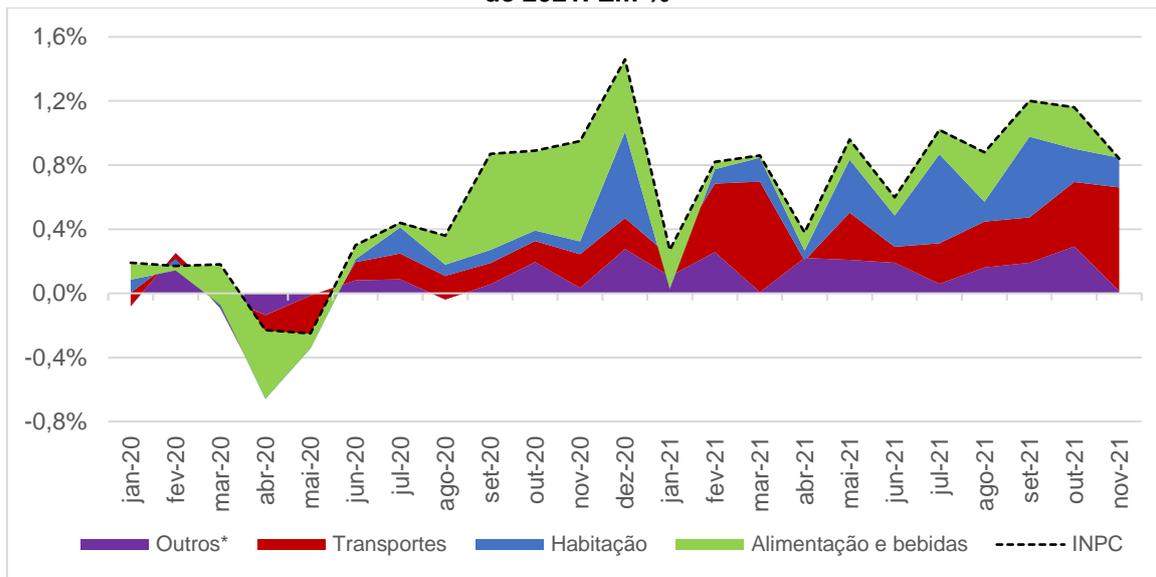
Com o auxílio do Gráfico 2, que apresenta a variação mensal do INPC e a contribuição de alguns grupos de itens que o compõem, é possível identificar, a partir de setembro de 2020, quatro momentos distintos nesta escalada de preços ao consumidor.

No primeiro momento, de setembro a novembro de 2020, observa-se a prevalência de alta dos preços dos alimentos; no segundo momento, em dezembro de 2020, destaca-se a alta do grupo “Habitação”; no terceiro momento, de fevereiro a março de 2021, o índice foi puxado pelos preços dos transportes; e no último momento, a ênfase se inicia com a alta dos preços do grupo “Habitação”, que vai sendo crescentemente intensificado pela alta dos preços do grupo “Transportes”.

De fato, entre setembro e novembro de 2020, a inflação foi provocada principalmente pela alta no grupo “Alimentação e bebidas”, que registrou variação de 7,6%, respondendo por 63,3% da variação do índice geral do INPC no período. O

aumento dos preços dos alimentos se concentrou no subgrupo “Alimentação no domicílio” (9,4%), em itens como “Cereais, leguminosas e oleaginosas” (30,9%), especialmente o arroz (41,8%), “Carnes” (16,0%) e “Óleos e gorduras” (41,2%), com destaque para o óleo de soja (64,1%).

GRÁFICO 2 – INPC - Variação mensal do índice geral e de grupos de itens selecionados ponderadas pelos respectivos pesos, Brasil, janeiro de 2020 a novembro de 2021. Em %



Fonte: IBGE

Elaboração: DIEESE

No mês de dezembro de 2020, a alta de 1,9% dos preços do grupo “Alimentação e bebidas” continuou a exercer pressão inflacionária, mas coube ao grupo “Habitação”, em função da elevação de 9,2% dos preços da energia elétrica residencial, a maior contribuição, respondendo por 36,9% da variação do índice geral no mês.

Depois de um certo alívio em janeiro, a inflação voltou a se elevar em fevereiro e março de 2021, desta vez devido ao aumento de 5,8% dos preços do grupo “Transportes”, que contribuiu com 66,5% da variação do índice geral do INPC no período. Essa alta de preços foi concentrada nos “Combustíveis (veículos)” (19,0%), com destaque para a gasolina (19,0%), que respondeu por 52,1% da variação do índice geral do INPC no bimestre. Outro combustível que registrou forte alta de preços nesses dois meses foi o gás de botijão (8,1%), do grupo “Habitação”.

Nos meses seguintes, a inflação continuou a se acelerar. Entre maio e novembro de 2021, os preços do grupo “Habitação” se elevaram 12,5%, tendo como principais responsáveis a energia elétrica residencial (26,9%) e o gás de botijão (20,6%). Nesse período, esses dois subitens responderam por um quarto (24,8%) da variação do INPC.

Quanto ao grupo “Transportes”, também de maio a novembro de 2021, a alta de preços (11,8%) exerceu significativa pressão inflacionária, contribuindo com um terço (33,4%) da variação do INPC, principalmente devido à elevação dos preços da gasolina (22,6%), do óleo diesel (26,7%), do etanol (42,0%) e do gás veicular (33,8%). Combinadas, as variações de preços dos grupos Habitação e Transportes responderam por 64,3% da variação do INPC no período.

A forte alta de preços de alguns produtos e serviços de grande relevância na cesta de consumo das famílias decorre de um conjunto de fatores relacionados de maneira preponderante à política econômica e às condições do mercado internacional, além de alguns eventos climáticos.

As principais causas da inflação atual

Um primeiro fator a destacar é a taxa de câmbio (relação entre o real e o dólar). Entre fevereiro e maio de 2020, meses iniciais da pandemia de Covid-19 no Brasil, a política cambial vigente fez com que o real sofresse uma maxidesvalorização de 30%², passando de R\$ 4,34 a R\$ 5,64 por dólar. A moeda brasileira já havia sido fortemente depreciada desde o início de 2019 (quando estava cotada em R\$ 3,74 por dólar) e, considerando-se a crescente participação de componentes importados em nossa estrutura produtiva, já vinha exercendo pressão importante nos custos de produção. Vale notar que, por outro lado, uma moeda desvalorizada tende a estimular as exportações, ao tornar nossos produtos exportáveis mais baratos no mercado internacional.

² Em 2020, segundo ranking de 111 países da Austin Rating, o Real foi a 6ª moeda que mais se desvalorizou. Ver <https://investnews.com.br/economia/real-foi-a-6a-moeda-que-mais-se-desvalorizou-no-mundo-em-2020/>

No caso dos alimentos, o contexto de forte demanda externa, a alta das cotações internacionais e desvalorização cambial estimulou a exportação de produtos como soja e derivados, carnes e arroz, reduzindo a oferta interna desses produtos, em um momento de expansão da demanda doméstica. Adicionalmente, a ausência deliberada de uma política de estoques reguladores públicos de alimentos fez com que os preços subissem de acordo com as flutuações do mercado³. Ademais, os custos de produção e distribuição de alimentos se elevaram com a alta da tarifa de energia, dos preços dos combustíveis e, com o real desvalorizado, de insumos importados como fertilizantes e agrotóxicos.

Quanto ao aumento dos preços dos combustíveis (gasolina, diesel e gás de botijão, principalmente), a política de preços adotada pela Petrobras desde outubro de 2016 pode ser considerada um dos principais vetores da inflação atual. A chamada política de Preços de Paridade de Importação (PPI)⁴ consiste em praticar o preço internacional dos derivados de petróleo mais o custo do frete de importação, convertidos para o real pela taxa de câmbio vigente. Com essa política, a Petrobras (e o governo) desconsidera por completo sua capacidade de ofertar, a partir da produção nacional, a maior parcela dos derivados que o país consome e o fato de que tem menores custos de produção. Nesse sentido, o aumento dos preços dos derivados, em 2021, acompanhou a forte alta do preço do barril do petróleo no mercado internacional, que passou de US\$ 53,80, em janeiro, para US\$ 85,50, em outubro.

Por último, a elevação do preço da energia elétrica residencial é explicada pela conjunção de uma crise hídrica - que rebaixou os volumes úteis dos principais reservatórios, reduzindo a capacidade de geração de energia das usinas hidrelétricas - com

³ Para se ter uma ideia, desde 2014, os estoques públicos vêm sendo reduzidos, e, atualmente, os estoques de feijão e soja estão zerados e os de arroz, trigo, milho e café caíram 99%. Ver em <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/09/19/estoques-publicos-conab-alimentos-reducao.htm>. Também pode-se notar a imensa queda dos estoques diretamente no site da CONAB, <https://www.conab.gov.br/estoques/gestao-dos-estoques-publicos>.

⁴ Ver nota técnica do DIEESE NT nº 251 – O necessário debate sobre os preços dos combustíveis no Brasil, 5 de março de 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2021/notaTec251PrecosCombustiveis.html>

as decisões do governo federal de aumentar a participação das usinas térmicas no sistema elétrico nacional e importar energia da Argentina e do Uruguai. Ambas são opções de maior custo de operação em relação à energia gerada pelas hidrelétricas, provocando a elevação das tarifas de energia. As fontes eólica e solar, além de serem renováveis e mais limpas, apresentam um custo de operação menor que as térmicas. Embora sua participação na matriz elétrica tenha sido expandida, não foi o suficiente para complementar a hidroeletricidade e, mais recentemente, os governos Temer e Bolsonaro, ao invés de utilizarem os recursos do Grupo Eletrobras para alavancarem e acelerarem a ampliação da capacidade de geração de energia, optaram por preparar sua privatização⁵.

A classe trabalhadora é a que mais perde com a alta da inflação

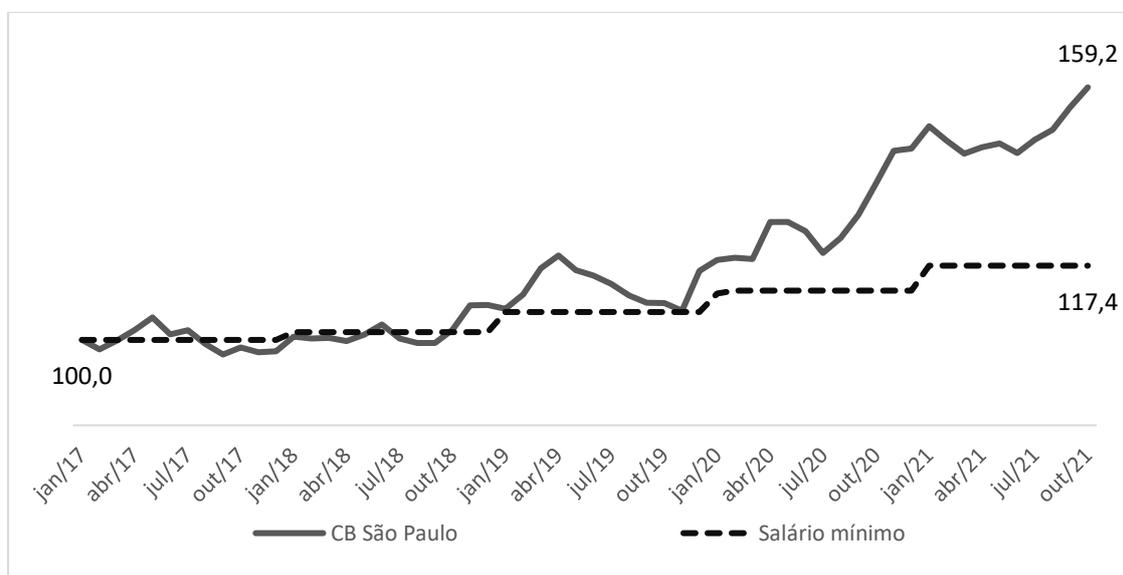
Como mencionado, o fenômeno inflacionário não é neutro. A elevação do custo de vida contribui para a deterioração de uma situação já muito desfavorável aos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras⁶. Isto é, ao quadro geral de desemprego, desalento e expansão de ocupações de baixa qualidade, como trabalhadores/as por conta-própria ou assalariados/as sem carteira, soma-se uma queda acentuada no rendimento do trabalho. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, realizada pelo IBGE (PNAD-C), entre o terceiro trimestre de 2020 e de 2021, a redução foi de 11,1%, de certa forma refletindo a baixa qualidade das ocupações criadas, a alta do custo de vida e a dificuldade dos/as trabalhadores/as e seus sindicatos em negociarem a recuperação do poder de compra dos salários.

⁵ Ver Nota Técnica do DIEESE NT nº 258 – Privatização da Eletrobrás: risco para a soberania energética do país, 27 de maio de 2021. Disponível em <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2021/notaTec258Eletrobras.html>

⁶ Embora não seja tratado nesta Nota Técnica, cabe mencionar que a inflação tem sido mais alta para a faixa de renda muito baixa e de renda baixa, conforme classificação adotada pelo IPEA. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2021/12/inflacao-por-faixa-de-renda-novembro2021/>

Um indicador importante do poder de compra dos salários é a relação entre o valor do Salário Mínimo nacional e o custo da cesta básica de alimentos. Realizada pelo DIEESE em 17 capitais, a Pesquisa Nacional da Cesta Básica (PNCB) vem mostrando uma forte alta dos preços dos alimentos muito acima da variação do valor do Salário Mínimo⁷. No município de São Paulo, por exemplo, entre janeiro de 2017 e outubro de 2021, o custo da cesta básica aumentou 59,2%, passando de R\$435,89 a R\$693,79. Em igual período, o Salário Mínimo nacional passou de R\$937,00 a R\$1.100,00, uma correção de 17,4%.

GRÁFICO 3 – Cesta básica do município de São Paulo e Salário Mínimo, janeiro de 2017 a novembro de 2021. Índice: janeiro de 2017 = 100



Fonte: DIEESE
Elaboração: DIEESE

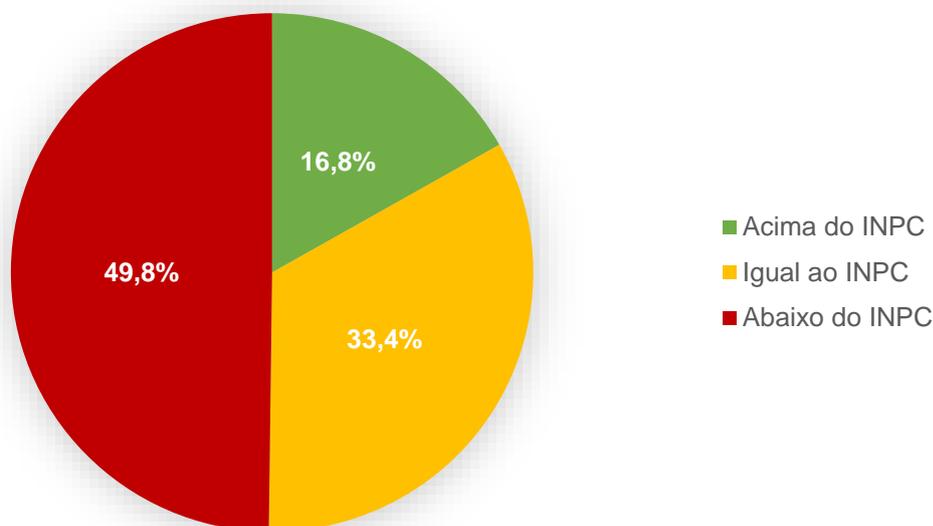
Conforme se percebe no Gráfico 3, o descolamento entre a evolução dos preços dos alimentos e a evolução do Salário Mínimo se inicia na virada entre o ano do 2019 para 2020, sofre breve interrupção no segundo trimestre daquele ano, em razão da pandemia, e volta a se acentuar marcadamente a partir do segundo semestre de 2020. Em outubro de

⁷ Ver o release da Pesquisa da Cesta Básica de Alimentos de outubro de 2021, disponível em <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2021/202110cestabasica.pdf>

2021, o gasto com a cesta básica de alimentos comprometeu 58,35% do Salário Mínimo, líquido do recolhimento ao INSS.

Mas não são apenas os/as trabalhadores/ras que recebem o Salário Mínimo nacional⁸ que vêm sendo duramente afetados pela carestia. Os resultados das negociações coletivas de reajustes salariais mostram a grande dificuldade para a maioria das categorias profissionais em obter a recomposição do poder de compra corroído, em um ambiente que combina crise do emprego com alta inflação. No período de janeiro a outubro de 2021, para um conjunto de 13,4 mil mesas de negociação que firmaram acordos de reajuste salarial, quase a metade (49,8%) resultou em reajustes abaixo da inflação, outro terço, conseguiu apenas zerar as perdas inflacionárias e somente 16,8% obtiveram algum ganho real. E esses resultados têm sido piores nos últimos meses, à medida que as taxas acumuladas de inflação entre datas-bases são maiores (Gráfico 4).

GRÁFICO 4 - Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o INPC-IBGE, Brasil, 2021. Em %



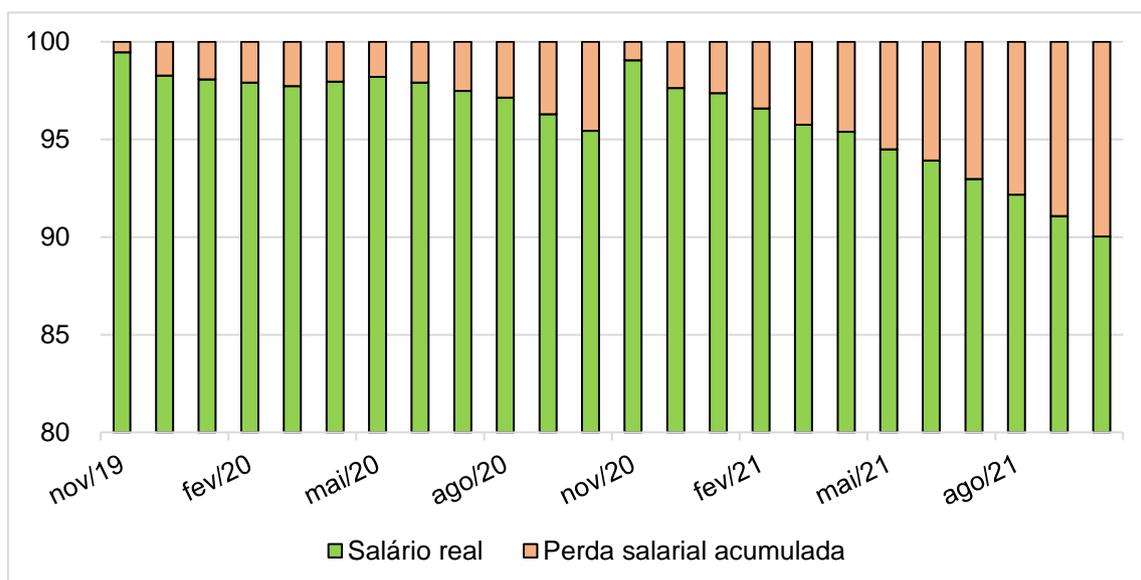
Fonte: Mediador. Ministério da Economia.
Elaboração DIEESE

⁸ Ver DIEESE NT nº 249, Salário Mínimo será de R\$1.100,00, de 04 de janeiro de 2021, disponível em <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2021/notaTec249salarioMinimo.html>

Não conseguir recuperar o poder de compra nas negociações de data-base é um grande problema. Contudo, mesmo as entidades sindicais que conseguem fazê-lo não logram evitar a corrosão do poder de compra que ocorre no período entre uma data-base e outra. Quando a taxa de inflação acumulada em 12 meses é relativamente baixa, a perda no poder de compra, embora ocorra, é pouco expressiva. Porém, para uma inflação superior a 10%, há forte impacto sobre a massa de salários reais recebida nos meses entre as datas-base, ou seja, até que novo reajuste salarial seja conquistado.

Observa-se o efeito deletério simulado da carestia sobre os salários. No caso de uma categoria com data-base em 1º de novembro, para a qual a inflação acumulada pelo INPC nos doze meses anteriores foi de 11,08%, a perda provocada pela inflação na massa de salários recebidos entre novembro de 2020 e outubro de 2021 chegou a 76,28% de um salário⁹. O Gráfico 5 mostra como a aceleração da inflação, mesmo num caso de reposição plena na data-base, produz verdadeiro estrago no poder de compra dos assalariados.

GRÁFICO 5 – Simulação da evolução do salário real e da perda de massa salarial segundo a variação do INPC, novembro de 2019 a outubro de 2021. Em %



Fonte: DIEESE
Elaboração DIEESE

⁹ Trata-se de uma aproximação que considerou, além dos 12 salários anuais, o 13º salário, o adicional de férias e os respectivos depósitos na conta vinculada do FGTS.

Entretanto, não são apenas os/as assalariados/as, beneficiários/as da Previdência Social e os/as trabalhadores/as em geral que perdem com a alta dos preços. Segmentos de atividade econômica que não têm poder de mercado para repassar imediatamente aos preços de seus produtos ou serviços o aumento em seus custos de produção e mesmo no custo de vida dos/as donos/as do negócio, dado que também são consumidores de bens de consumo final, vêm sofrendo igualmente com a inflação mais alta.

A título de exemplo, o setor de Serviços, tão heterogêneo, tem importante participação de serviços voltados às pessoas, como serviços de manicure, cabelereiro, entre tantos outros. Nos mesmos 12 meses findos em outubro, a variação acumulada dos preços neste grupo de itens foi tão somente de 3,27%, o que mostra a incapacidade de repassar aumento de custos e manter sua renda real. Outro exemplo é o das empresas de transporte coletivo urbano que estão sendo muito afetadas pela elevação dos custos de operação com a alta do preço do diesel. Suas tarifas são administradas por contratos com as prefeituras e variaram, em média, apenas 1,29% nos 12 meses findos em outubro de 2021. Outros exemplos poderiam ser mencionados. Mas há, de outro lado, aqueles que ganham muito com este processo, o que será tratado na próxima seção.

Os beneficiários da alta da inflação e a resposta governamental

Como visto, boa parte da sociedade brasileira perde com a alta da inflação. É preciso notar, contudo, que a perda dos/as trabalhadores/as, de suas famílias e de parte dos segmentos empresariais corresponde ao ganho de determinados setores / empresas - que puxam o processo de remarcação de preços - e de seus/suas proprietários/as. Além disso, há setores / empresas que, embora não estejam provocando diretamente a alta da inflação, conseguem proteger sua parcela na renda por meio de outros mecanismos.

A capacidade de setores / empresas elevarem os preços de seus produtos ou serviços ofertados depende da estrutura produtiva e concorrencial. Isso porque, mesmo no caso de uma inflação provocada pela alta dos custos de produção, sua propagação /

acomodação dependerá dessas estruturas, se há mais competição ou se são setores oligopolizados, por exemplo. Por outro lado, dependerá também de como a demanda por produtos e serviços se comporta quando os preços se elevam. Se a demanda pouco variar, como muitas vezes ocorre no caso do consumo de bens finais essenciais, repassa-se a alta de custos aos preços. Caso contrário, o/a ofertante pode ver reduzida ou até eliminada sua margem de lucro.

Ao mesmo tempo, a resposta do governo para debelar o processo inflacionário tampouco é neutra. No cenário atual, onde sabidamente não há pressão de demanda (procura) exercida pelo consumo das famílias ou gastos do governo¹⁰ que possa ser “esfriada” por uma política monetária restritiva, a escalada recente dos juros não ataca diretamente o problema e tende a atrofiar ainda mais o combalido tecido econômico.

Podemos, portanto, identificar aqueles que têm ganho relacionado com a inflação em si, diretamente via remarcação de seus preços, e aqueles que se beneficiam indiretamente, através da política monetária – a já anunciada subida de juros “a qualquer custo” que vem sendo implementada pelo Banco Central. No segundo caso, basta atentarmos ao fato de que um aumento nos juros implica em transferência de recursos do Estado para os agentes privados proprietários dos títulos da dívida pública, ou seja, uma transferência de renda regressiva (de quem tem menos para quem tem mais), em que, mais uma vez, o conflito distributivo se manifesta.

No primeiro caso, dos segmentos que vêm puxando a alta de preços, os/as ganhadores/as mais evidentes são os/as acionistas das empresas ligadas ao setor exportador de matérias primas - como o agronegócio e a indústria extrativa mineral - ou com preços internos indexados ao câmbio e / ou à sua cotação internacional, como no caso de empresas petrolíferas. Essa indexação, ao mesmo tempo em que promove uma vinculação crescente de nossa economia ao comportamento da taxa de câmbio,

¹⁰ Segundo as Contas Nacionais (IBGE), o consumo das famílias variou 0,9% na comparação entre o terceiro e o segundo trimestre de 2021 e 2,1% no acumulado em 4 trimestres.

retroalimentando a taxa de inflação, acaba gerando ganhos extraordinários para essas empresas, dado que boa parte de seus custos segue sendo em reais.

Por exemplo, Petrobras e Vale, duas das maiores empresas brasileiras, que já foram símbolos do desenvolvimento nacional, devem bater o recorde na distribuição de dividendos aos/às acionistas. Conjuntamente, estima-se que serão R\$ 136 bilhões apenas em 2021¹¹ - valor que será livre de impostos para seus acionistas, ressalte-se. A Vale, como exemplo de uma das empresas que atuam na indústria extrativa mineral, beneficia-se, ao mesmo tempo, com a alta na cotação mundial do minério de ferro e com a desvalorização do real. A Petrobras, além destes efeitos, pois é exportadora de petróleo bruto, beneficia-se, como visto, da política de preços praticada internamente, que é uma das principais razões da elevação da inflação.

É importante lembrar que, embora a Petrobras seja uma empresa estatal, isto é, com controle acionário do governo brasileiro, tem a maior parcela de suas ações que dão direito à distribuição de dividendos (ações ordinárias) pertencente a aplicadores/as privados/as (63% do total do capital social) e que são, na sua maior parte, estrangeiros/as (43%). Além disso, a Petrobras tem atuado como se fosse uma empresa privada, que busca, acima de tudo, gerar o máximo de lucros no curto prazo a seus/suas acionistas. Assim, a maior parte dos dividendos que serão pagos será apropriada por investidores/as privados/as e a parcela que será paga à União, também muito vultosa, ao invés de ser utilizada em políticas públicas voltadas à população, devido às limitações fiscais, como o Teto de Gastos, acabará sendo destinada a outros fins¹².

No caso do agronegócio, considerado de forma abrangente, vale apontar também um exemplo de um dos que são os beneficiários neste processo inflacionário. A título de

¹¹ Ver <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/11/4964388-petrobras-e-vale-batem-recorde-ao-pagar-dividendos-de-rs-136-bilhoes.html>

¹² No acumulado até o terceiro trimestre de 2021, dos R\$ 63,4 bilhões distribuídos a título de antecipação de dividendos, R\$ 40,0 bilhões serão destinados aos/as proprietários/as privados/as - sendo R\$27,3 bilhões para não residentes - e R\$ 23,4 bilhões à União.

ilustração, a maior empresa de proteína animal do país e uma das maiores do mundo - a JBS - desde 2019 teve seu valor de mercado mais que triplicado. No início de novembro de 2019, sua ação estava cotada em pouco mais de R\$10,00 e, no início de novembro de 2021 havia ultrapassado R\$ 38,00.

Se tais setores, entre outros relacionados diretamente com as origens do atual processo inflacionário, obtêm ganhos mais imediatos, é possível verificar outros grupos e setores que vêm conseguindo manter ou até ampliar suas margens de lucro, apesar de uma atividade econômica geral fraca e da alta de custos de produção.

TABELA 1. Indicadores financeiros. Empresas não financeiras de capital aberto, sem Petrobras e Vale (n=258). Terceiro Trimestre de 2021. Em milhões de R\$ correntes

	2019 R\$ mi	2020 R\$ mi	2021 R\$ mi	21 / 20 Var. %	21 / 19 Var. %
Receita Líquida Operacional	433.596	493.282	657.118	33,2	51,6
Custo dos produtos vendidos	324.533	364.512	481.889	32,2	48,5
Lucro bruto	109.064	128.770	175.228	36,1	60,7
Lucro Líquido	10.963	20.729	49.874	140,6	354,9
Dívida Líquida	621.049	693.866	736.326	6,1	18,6
Taxa de lucro (em 12 meses). Em %	10,2	0,9	21,3	20,4 p.p.	11,2 p.p.

Fonte: Economática. Elaboração: DIEESE

Segundo levantamento da consultoria Economática, a partir dos demonstrativos financeiros de 258 empresas de capital aberto não-financeiras – excetuando-se Petrobras e Vale - os lucros no terceiro trimestre de 2021 apresentaram crescimento médio de 140% com relação ao terceiro trimestre de 2020 e de 354% com relação ao mesmo período de 2019¹³. Pelos números apresentados pela consultoria, fica evidente, ainda, que os resultados operacionais seguiram positivos e crescentes, ou seja, uma eventual subida nos custos pôde ser coberta com aumento de receitas em maior proporção.

¹³Disponível em https://insight.economatica.com/lucro-no-3o-trimestre-de-2021-das-empresas-de-capital-aberto-nao-financeiras-tem-crescimento-de-140-com-relacao-a-2020-e-de-354-com-relacao-a-2019/?fbclid=IwAR3m0eegpHjGnhefjORjKOIqsk_Jopti5qHzcccV9dHBNZnsqtV6oVPhlJA

A resposta do governo

Frente à atual alta dos preços, a resposta de política econômica tem sido tão somente a elevação drástica e substancial da taxa básica de juros, a taxa Selic. Desde março de 2021, quando a meta para a taxa Selic se encontrava em 2,00% ao ano, houve aumento substancial, sendo fixada em 9,25% na última reunião do Comitê de Política Monetária – Copom, em dezembro de 2021.

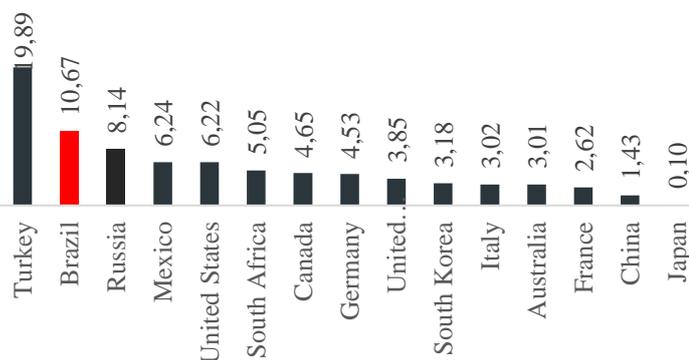
Nas consultas que o Banco Central faz a operadores do mercado financeiro, já se projeta uma taxa de 10,75% para a próxima reunião, em fevereiro de 2022. Para uma dívida pública interna mobiliária superior a cinco trilhões de reais, cada ponto percentual de aumento na taxa básica de juros – lembrando que a taxa de inflação e a taxa de câmbio também indexam parte considerável da dívida - significa uma transferência de dezenas de bilhões de reais aos detentores/as privados/as dos títulos públicos (especialmente bancos e grandes fundos de investimento e de pensão, nacionais e estrangeiros). Estes também ganham ou perdem menos neste processo.

Em suma, quando se pensa em ganhadores/as atrelados/as à inflação trata-se de um leque de atores que, ora podem se beneficiar de políticas deliberadas do governo, ora da estrutura de mercado onde suas empresas se inserem, ora da estrutura econômica e social, a depender do perfil dos/as consumidores/as. O fato é que os resultados para essas empresas e a distribuição destes para seus acionistas superam em muito eventuais aumentos de custos ou perdas decorrentes do atual processo inflacionário no Brasil.

Box – Inflação e juros. Brasil e países selecionados

Desde os anos 1970, a ortodoxia econômica advoga que, no curto prazo, as pressões sobre os preços ocorreriam, invariavelmente, pelo lado da demanda. A solução passaria por promover uma realocação de portfólios e um esfriamento da propensão a consumir (ou gastar) de famílias/empresas, dado que o controle inflacionário seria condição necessária e suficiente para balizar as expectativas dos agentes. Por isso mesmo, esse controle deveria se dar a qualquer custo (econômico e social) e o único mecanismo a ser utilizado para conter um processo inflacionário seria o aumento da taxa básica de juros e o controle do gasto público.

GRÁFICO 1 - Inflação acumulada em 12 meses, países selecionados, outubro de 2021. Em %

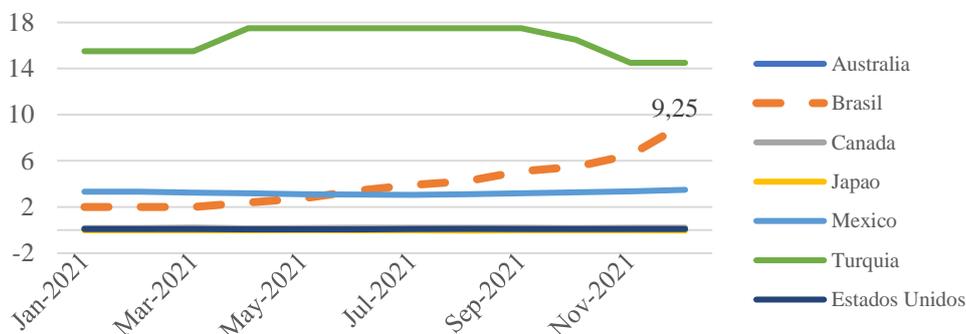


Fonte: OCDE. Elaboração: DIEESE

Contudo, a crise de 2008 provocou a alteração do comportamento das autoridades monetárias e fiscais mundo afora. O repique inflacionário atualmente observado vem, assim, encontrando respostas muito diferenciadas de país a país. No Gráfico 1, podemos observar que a alta dos preços vem atingindo vários países, como no caso de Estados Unidos, México, Canadá e Alemanha, mas está sendo particularmente severa na Turquia e no Brasil.

As respostas dadas pelas autoridades monetárias a um choque reconhecidamente de oferta têm sido ainda mais distintas. Como podemos observar no Gráfico 2, o aperto monetário realizado no Brasil é substancialmente maior do que o realizado em vários outros países.

GRÁFICO 2 - Taxa básica de juros, países selecionados, janeiro a novembro de 2021. Em %



Obs.: As linhas da Austrália, do Japão e dos EUA estão sobrepostas

Considerações finais

Mesmo frente a esse quadro, o governo federal não dá mostras de que irá mudar a atual orientação da política econômica e procurar, ao menos parcialmente, influenciar de forma mais direta na formação de alguns desses preços – como de combustíveis, energia elétrica, taxa de câmbio e alimentos - que são dos mais relevantes em qualquer economia.

Na verdade, desde 2016, há um processo intencional de desorganização e desmonte não só das políticas públicas relacionadas, como dos próprios órgãos estatais que permitiriam a implementação de uma decisão dessa natureza, introduzindo alguma regulação na operação desses mercados.

Portanto, não se pode afirmar que a atual escalada de preços tenha sido interrompida. Além de uma série de pressões represadas para uma recomposição de margens, de outros setores e empresas que têm sido duramente atingidos com a mudança de preços relativos, o que esperar do comportamento dos preços internacionais do petróleo e mesmo do nível de chuvas para 2022, para citar apenas dois fatores que introduzem imensa incerteza no horizonte próximo?

Mesmo assim, as projeções para o ano de 2022, realizadas por operadores do mercado financeiro e divulgadas pelo Banco Central, apontam para uma redução à metade da taxa de inflação, na comparação com o ano de 2021. Baseiam-se, fundamentalmente, nos supostos efeitos que a elevação da taxa básica de juros terá sobre os preços.

Contudo, ao se colocar em prática uma política monetária acentuadamente restritiva (de juros altos), tem-se como efeito imediato mais concentração da renda. O mecanismo adotado, embora, como visto, não haja pressão pelo lado da demanda, visa encarecer o consumo a prazo e o financiamento do investimento e, com isso, reduzir o volume de vendas e aumentar o desemprego para impor, “a fórceps”, a mudança de preços relativos.

Por outro lado, se a intenção é influenciar o nível de preços futuros via valorização da taxa de câmbio, a instabilidade associada ao cenário eleitoral que se avizinha – onde

historicamente o mercado pratica seu terrorismo quando seu candidato não está à frente nas pesquisas - pode ser um forte empecilho.

Concretamente, a combinação da queda no poder de compra, corroído pela inflação, com a elevação dos juros vai atrofiar ainda mais a estrutura produtiva e refrear os investimentos, afetando mais negativamente pequenas e médias empresas, empregos e salários, num país com mais de 13 milhões de desempregados/as e um tecido social esgarçado pelas reformas neoliberais e a crise dos últimos anos.

Vale dizer, portanto, que na atual conjuntura, com as políticas de preços de energia (e demais preços administrados) e o fim dos estoques reguladores, passando pelo coeficiente de importação/exportação - resultados de décadas de políticas neoliberais -, até a gestão da política cambial e monetária pelo Banco Central, inexistem possibilidades de que esse processo não tenha implicações distributivas regressivas (que prejudicam os mais fracos, no mercado de trabalho e na estrutura produtiva).

Mantendo-se o câmbio solto, a política de preços da Petrobras e a perspectiva de crescente instabilidade política, a carestia pode, infelizmente, seguir maltratando as famílias mais pobres do Brasil. Nesse cenário, a inflação pode até cair, mas a um custo social insuportável. Já os/as ganhadores/as, parece, seguirão sendo amparados/as com firmeza pelo governo atual em defesa de seus interesses.



Escritório Nacional

Rua Aurora, 957, Centro, São Paulo, SP
CEP 01209-001
Tel.: 11 3874-5366 – 11 3821-2199
www.dieese.org.br

Presidente - Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP

Vice-presidente - José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciantes de São Paulo – SP

Secretário Nacional - Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo - Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo - Antônio Francisco da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo – Gabriel Cesar Anselmo Soares

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

Diretora Executiva - Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva - Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva - Maria Rosani Gregorutti Akiyama Hashizumi

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo – Claudionor Vieira do Nascimento

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo - Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretor Executivo - Sales José da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretora Executiva - Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica

Fausto Augusto Júnior – Diretor Técnico

José Silvestre Prado de Oliveira – Diretor Adjunto

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

Equipe técnica: Carlos Takashi Jardim da Silveira, Cloviomar Cararine, Fernando Amorim Teixeira, Luan Cândido e Paulo Jager. Patrícia Costa e Carlindo (revisão).